

Os professores e a democracia: a cultura política de agentes de socialização

Ednaldo Aparecido Ribeiro* e José Onesio Ramos

Universidade Estadual de Maringá, Av. Reitor Zeferino Vaz, s/n, Cx. Postal 171, 87360-000, Jardim Universo, Campus Regional de Goioerê, Goioerê, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência.

RESUMO. O artigo apresenta uma análise acerca das orientações políticas subjetivas de professores atuantes nas séries iniciais do ensino fundamental, entendidos como agentes de socialização política. Pretende-se estabelecer uma relação entre a cultura política destes atores e o processo de estabilização e consolidação do sistema democrático no Brasil. Para tanto, na primeira seção apresentamos alguns conceitos e princípios teóricos que orientam a pesquisa. Na segunda parte, apresentamos dados quantitativos e qualitativos referentes aos valores e crenças políticas dos professores, tentando identificar em que medida aderem a uma dimensão abstrata da democracia. Na seqüência, passamos à exposição de dados relacionados à confiança e avaliação institucional. Finalmente, procedemos a análise da totalidade dos dados com a intenção de produzir algumas considerações sobre a possibilidade de uma socialização política que conduza as gerações em formação ao desenvolvimento de uma cultura política congruente com a democracia.

Palavras-chave: cultura política, socialização política, democracia, agentes de socialização.

ABSTRACT. Teachers and democracy: political culture of the socialization agents. The article presents an analysis, within the initial grades of fundamental teaching, concerning teachers' subjective political orientations, understood as political socialization agents. The aim is to establish a relationship between these agents' political culture and the process of stabilization and consolidation of the democratic system in Brazil. In order to achieve this purpose, the first section presents theoretical concepts and principles which guided the present research. The second section shows some quantitative and qualitative data with regard to teachers' values and political beliefs, trying to identify to what extent they adhere to an abstract dimension of democracy. The subsequent section presents some data related to confidence and institutional evaluation. The final section proceeds with data analysis, aiming the possibility of political socialization leading developing generations of teachers into a political culture which may be congruent with democracy.

Key words: political culture, political socialization, democracy, socialization agents.

Introdução

Nas últimas décadas, os estudiosos dos fenômenos sociais têm destacado que o processo de construção e fortalecimento de sistemas políticos não passa apenas pelo que normalmente se denomina de 'engenharia institucional'. Variáveis de outras ordens influenciariam diretamente o êxito de tais configurações políticas, especialmente no caso dos regimes democráticos. Dentre essas, uma tem merecido parte importante da atenção da Ciência Política há pelo menos quatro décadas: a cultura política.

Desde o estudo pioneiro de Gabriel Almond e Sidney Verba, *The Civic Culture*, várias pesquisas têm sido desenvolvidas com o objetivo de verificar a influência das orientações subjetivas e valores políticos dos indivíduos e grupos para o

funcionamento de diferentes sistemas.

Mais recentemente, um dos principais alvos de tais investigações tem sido as chamadas novas democracias, que contam com um passado marcado por relações de caráter autoritário. No Brasil, tais estudos têm procurado identificar a relação existente entre a configuração dos valores políticos de nossa população e o processo de consolidação do regime recentemente implantado.

A principal conclusão apontada por tais investigações diz respeito à permanência de um padrão de comportamento político orientado por valores e crenças que dificultariam a implementação de relações políticas pautadas pela horizontalidade e pela igualdade, sendo pouco favorável à consolidação do regime democrático (O'Donnell, 1988; Avritzer, 1995; Carvalho, 1999; Chauí, 2000; Baquero, 2002). Tal configuração cultural tem sido definida como o

resultado da combinação de elementos como clientelismo, autoritarismo e patrimonialismo (Faoro, 1975; Schwartzman, 1988).

Ao refletirmos sobre a possibilidade de superação deste quadro, surge como questão de fundamental importância o papel desempenhado pelas instituições responsáveis pela disseminação do sistema de crenças e valores políticos com o qual os indivíduos se orientam em relação ao sistema concreto. Dentre outras, a família e a escola são agências fundamentais na configuração de nossa cultura política na medida em que transmitem e sedimentam os conhecimentos e sentimentos em relação ao regime vigente.

Mais especificamente, na análise dessas instituições é preciso destacar a importância de alguns personagens que atuam como protagonistas no processo de transmissão das orientações políticas subjetivas entre as futuras gerações.

É justamente neste ponto que o presente artigo pretende contribuir modestamente para o conhecimento acerca do processo de consolidação democrática em curso em nosso país, pois se concentra sobre a análise das orientações políticas subjetivas de um grupo específico destes agentes: professores atuantes nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

A escolha do grupo se deve ao fato de o professor (depois dos pais) ser o ator fundamental para o desenvolvimento das orientações políticas dos indivíduos, uma vez que seleciona, organiza e introduz os conteúdos ou crenças que agirão sobre as novas gerações, podendo influenciar suas atitudes e comportamentos políticos na vida adulta. Acreditamos que a identificação da configuração das orientações políticas destes atores pode contribuir para a compreensão dos problemas que se colocam no horizonte de nossa consolidação democrática.

Para alcançar nossos objetivos, dividimos esse trabalho em três partes fundamentais. Inicialmente, apresentamos alguns elementos teóricos e conceituais que sustentam nossa análise, em especial no que diz respeito aos termos 'cultura política' e 'socialização política'. Na seqüência, tratamos de discorrer sobre a configuração das orientações políticas do grupo em questão através da apresentação de dados quantitativos e qualitativos que, no conjunto, traçam um perfil dos valores, crenças e conhecimentos políticos dos professores. Por fim, propomos uma possível interpretação sobre os dados obtidos e a sua relação com o processo de consolidação e aprofundamento do sistema democrático.

Cultura política e instituições socializadoras

O ponto de partida de nossos argumentos é a noção de que as orientações políticas subjetivas dos homens que vivem sob um determinado regime político são importantes para a manutenção, consolidação ou mudança do mesmo. Tais orientações nos remetem ao conceito de cultura política, amplamente utilizado em estudos sobre comportamento político, ainda que seu sentido não seja definido claramente na maioria deles, como destacam Kuschnir e Carneiro (1999, p. 228).

Diante de tal imprecisão, acreditamos que seja válida a revisão de alguns elementos teóricos que sustentam a pesquisa, esclarecendo termos e conceitos fundamentais para a análise proposta.

Inicialmente, é preciso destacar que antecedentes teóricos relevantes para o desenvolvimento de uma perspectiva culturalista podem ser encontrados desde a antiguidade clássica nas obras de pensadores como Platão e Aristóteles, bem como nas reflexões de pensadores modernos como Montesquieu e Tocqueville.¹

Entretanto, o livro intitulado *The Civic Culture*, publicado na década de 60 por Gabriel Almond e Sidney Verba, foi a primeira tentativa de formulação sistemática e aplicação do conceito de cultura política, sendo, logo, seguida de uma avalanche de outros trabalhos que adotaram seus postulados.

Partindo do pressuposto de que os valores, sentimentos, crenças e conhecimentos eram relevantes para explicar os padrões de comportamentos políticos adotados pelos indivíduos, os pesquisadores desenvolveram um estudo que se estendeu por cinco países (Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha e México), pretendendo investigar o grau de congruência entre esse conjunto de variáveis subjetivas e o sistema político.

O conceito de cultura política, orientador de toda a investigação, foi definido originalmente como "[...] the particular distribution of the patterns of orientation toward political objects among the members of the nation [...]", ou seja, um conjunto de orientações políticas subjetivas que poderiam explicar a motivação subjacente às ações praticadas pelos atores, neste caso específico, tendo como referência os objetos políticos (Almond e Verba, 1989, p. 13).

Tais objetos, por sua vez, são definidos como o sistema político em sua totalidade, com suas estruturas de incorporação (inputs) e satisfação (output) de demandas individuais e coletivas, assim como o próprio indivíduo em seus papéis e

¹ Para uma abordagem dos antecedentes teóricos da cultura política ver Almond (1989).

atribuições políticas (Almond e Verba, 1989, p. 14). Como exemplos, teríamos os partidos políticos e instituições legislativas, dentre outras, como estruturas de encaminhamento de demandas (*inputs*) e os órgãos responsáveis por políticas públicas como estruturas de satisfação das demandas (*outputs*).

Como todo empreendimento inovador, entretanto, tal formulação inicial não foi poupada de críticas. Alguns autores inicialmente, trataram de questionar o demasiado ‘etnocentrismo’ presente na definição do que deveria ser considerado como político (Inglehart, 1988). De fato, Almond e Verba tomam o modelo anglo-saxão de democracia liberal como o que teria as condições necessárias para o surgimento do modelo de cultura cívica. Em decorrência, ao definirem as características subjetivas de cada um dos modelos de cultura política os autores teriam, por um lado, colocado em posição confortável países como Estados Unidos e Inglaterra e, por outro, condenado países como Alemanha e Itália a uma situação política desfavorável (Rennó, 1998).

O problema estaria na adoção de uma determinada perspectiva teórica que restringe o conceito de política às instituições formais de caráter representativo, reduzindo o campo de visão aos limites das representações culturais compatíveis com a ideologia dominante.

Desta forma, adotando o paradigma minimalista acerca da democracia toda e qualquer manifestação de valores contrários às regras do jogo político liberal é interpretada como incongruente com a democracia em sua totalidade. Tomando o ‘político’ como um dado inquestionável, fecha os olhos para o fato de que existem diferentes concepções sobre o que seria ou não a dimensão política da ação humana em conflito (Alvarez *et al.*, 2000).

Após um momento de reflexão crítica e rompendo com estes limites iniciais, os estudos sobre essa dimensão cultural da política atualmente passam por um momento de intensa produção. Tal retomada pode ser atribuída “[...] ao colapso do marxismo e ao ressurgimento do nacionalismo, por um lado, e às deficiências explicativas das abordagens institucionais, por outro [...]” (Baquero, 2003, p. 90).

Uma das tendências que mais se desenvolveu nas últimas décadas é aquela que procura investigar a influência das orientações políticas subjetivas para o fortalecimento das chamadas novas democracias ou regimes democráticos em processo de consolidação.

Dentro desta perspectiva, vários pesquisadores brasileiros têm-se dedicado a investigações sobre o caráter da cultura política nacional, relacionando-a

sempre com a possibilidade de fortalecimento democrático no país.

As principais conclusões têm apontado para a permanência de um padrão de comportamento político orientado por crenças que dificultariam a implementação de relações políticas pautadas pela horizontalidade e pela igualdade, portanto, constituindo-se como obstáculo ao estabelecimento de uma legitimidade democrática em nosso país (O’Donnell, 1988; Avritzer, 1995; Carvalho, 1999; Chauí, 2000; Baquero, 2002).

Na tentativa de explicar a permanência deste padrão, as instituições responsáveis pela transmissão dos valores, crenças e conhecimentos às novas gerações aparecem como instâncias relevantes. Entretanto, a despeito de sua importância, os pesquisadores ainda de maneira muito incipiente têm-se dedicado à temática da socialização política, em especial no que diz respeito aos estudos nacionais, o que tem dificultado a compreensão sobre o processo de formação de atitudes políticas (Schmidt, 2001).

Tendo em mente a importância deste tipo de instituição convém realizarmos uma breve exposição sobre os sentidos do termo socialização política e as principais discussões que o mesmo suscita.

Como afirmam Almond e Verba, o processo de formação do padrão de atitudes e comportamentos de adultos em relação aos objetos políticos envolve um complexo de fatores. Questionando abordagens psicológicas que afirmavam que a formação deste padrão se daria apenas nos primeiros anos da vida dos indivíduos, os autores argumentam que experiências na chamada fase pré-adulta e também na maturidade têm importância fundamental para a configuração das orientações políticas subjetivas. Isso não quer dizer que as experiências da primeira infância não tenham relevância, mas sim que “early socialization experiences significantly affect an individual’s basic personality predispositions and may therefore affect his political behavior, but numerous other factors intervene between these earliest experiences and later political behavior that greatly inhibit the impact of the former on the latter” (Almond; Verba, 1989, p. 266-7).

Começando na infância, mas se estendendo por todas as demais fases da vida do indivíduo, devemos definir o processo de socialização política como “[...] o conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade social do indivíduo, tem influência na cristalização do seu papel como ator significativo ou não no sistema político e as crenças que ele desenvolve em relação à política e as instituições [...]” (Baquero, 1997). Sendo assim, dá-

se, continuamente, na medida em que as pessoas vivenciam suas experiências sociais em espaços distintos como a família e a escola; os seus padrões de atitudes e procedimentos vão sendo formados e/ou alterados (Almond e Powell, 1972).

Nesse desenvolvimento contínuo e ininterrupto, entretanto, pode ser interessante analisarmos o peso de cada uma das instituições específicas na formação dos valores e padrões de comportamento político. Neste percurso, a família desponta sim como a primeira instituição a apresentar as orientações subjetivas aos futuros agentes políticos (Id.).

A família, através de processos latentes ou manifestos, influencia de maneira determinante a personalidade política dos indivíduos na medida em que é a primeira estrutura de autoridade a que as crianças são apresentadas. Tais experiências podem condicionar de maneira marcante o comportamento futuro dos atores políticos diante das estruturas políticas vigentes nas instituições propriamente políticas (Ibid., p. 47-48). Assim, experiências participativas em que uma criança é levada a exercer certa parcela de autoridade junto aos seus familiares, participando de decisões que afetam a todos, contribuíram para favorecer um comportamento ativo em relação ao sistema político na sua fase adulta.

É sobre esses valores internalizados pelas crianças que outra instituição socializadora passa a trabalhar visando reforçá-los ou inculcar novos valores. A estrutura escolar aparece como o segundo espaço social privilegiado que exerce uma influência poderosa no processo em questão já que a mesma é transmissora de inúmeras informações sobre o funcionamento do sistema político, podendo contribuir para uma participação futura mais qualificada (Id.).

Essa influência se dá, primeiramente, pelo fato de que a escola é dotada de uma estrutura de autoridade hierarquizada que pode favorecer experiências participativas ou não por parte dos alunos. Assim como na família, estruturas escolares mais horizontalizadas favorecem experiências participativas que contribuem para a formação de atitudes e comportamentos ativos no futuro cidadão.

Mas a escola também exerce seu papel no processo de socialização política quando, paralelamente à transmissão de conteúdos escolares sistematizados e úteis para o exercício profissional futuro, ensina os valores cívicos como amor à Pátria e respeito aos símbolos nacionais, levando os indivíduos a se tornarem adeptos, ou não, de um determinado regime.

Vale destacar que a escola não apenas promove a

adequação entre as consciências individuais e os sistemas políticos, podendo também despertar nos alunos uma consciência de outros valores, dando-lhes base para novas aspirações políticas. Pode, portanto, fortalecer a afeição pelo sistema político vigente, ou fornecer referências para que se desenvolvam idéias diversas dos padrões vigentes na cultura política nacional.

Não pretendemos aqui menosprezar as experiências que ocorrem em instituições voltadas aos adultos ou pré-adultos, como sindicatos, clubes sociais e esportivos, ambiente de trabalho, entre outros, porém, uma hierarquização quanto ao seu impacto na formação da cultura política é evidente. Acerca disso, as contribuições de Robert Dahl (1997) ao tema são de grande valia, pois o autor trata de afirmar a importância da socialização precoce diante dos demais momentos e experiências políticas.

Segundo esse autor, as crenças acerca dos objetos políticos são adquiridas nas primeiras duas décadas de vida de uma pessoa, período em que se é mais receptivo a elas. Quando se ultrapassa esse período os indivíduos tendem a possuir uma visão mais cristalizada e suas crenças tendem a se tornarem mais estáveis e menos suscetíveis a mudanças (Ibid., 160).

Em decorrência dos argumentos apontados, é que nossa atenção foi voltada para a escola como espaço de formação da cultura política dos indivíduos. Do ponto de vista da consolidação democrática, a escola é a agência de socialização e educação política mais facilmente controlável pelo Estado, sendo, por isso, fundamental para disseminar crenças e valores que são indispensáveis quando se trata de criar condições para a legitimidade e credibilidade da democracia.

Tendo exposto esses argumentos teóricos, na próxima seção passamos à exposição dos dados coletados. Através da análise das orientações políticas subjetivas dos professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental, pretendemos identificar em que medida os difusores de valores e atitudes políticas têm contribuído para a reversão de padrões político-culturais incongruentes com a consolidação e aprofundamento da forma de governo democrática.

Valores, adesão e atitudes

Neste momento é importante demarcar claramente os limites de nossa investigação destacando que não pretendemos produzir generalizações acerca da problemática em nível nacional com a apresentação dos dados por nós encontrados. Estatisticamente, essa pretensão não se

sustentaria, uma vez que a população investigada não constitui amostra adequada para a produção de inferência de tal magnitude. O que pretendemos é, tão somente, através do estudo de um caso particular, acrescentar algumas informações sobre este grupo de agentes de socialização ainda pouco investigados pelos estudiosos da cultura política.

É interessante destacar também que estudos sobre o tema geral da cultura política têm normalmente sido realizados em nível nacional ou enfocando as principais capitais do país, negligenciando assim particularidades locais relevantes. Em especial, no caso de municípios do interior, esta ausência é preocupante, pois o poder de permanência de padrões de comportamento político autoritários tende a ser maior justamente nessas localidades.

Desta forma, elegemos como população da pesquisa a totalidade dos professores que atuaram como regentes de turmas das séries iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas do município de Goioerê², no noroeste do estado do Paraná, durante o ano de 2003.³

Esses professores são na sua imensa maioria (95,7%) do sexo feminino e possuem renda familiar média de 5,7 salários mínimos. No que diz respeito à escolarização, verifica-se um quadro relativamente positivo, uma vez que 62,8% da população declarou possuir o Ensino Superior ou Pós-graduação. Apenas 13,8% declararam possuir apenas o Ensino Médio, sendo esse o menor nível de escolarização encontrado.

Passando diretamente aos dados que contribuirão no seu conjunto para a identificação da configuração das orientações subjetivas do grupo, apresentamos inicialmente aqueles que dizem respeito ao que podemos chamar de interesse e adesão à democracia.

O grau de interesse dos cidadãos em relação aos assuntos políticos é algo recorrente nos estudos sobre cultura política. Neste trabalho, essa questão é orientada pela noção de que indivíduos interessados nos assuntos públicos são a matéria-prima fundamental para o fortalecimento, consolidação e aprofundamento das instituições democráticas. É claro que este pressuposto depende enormemente da concepção de

democracia utilizada pelo analista, pois em uma perspectiva minimalista ou procedimental, tal qual a defendida por J. Schumpeter (1961), o cinismo e a apatia política é ingrediente fundamental para a estabilidade política.

Nesse primeiro item, podemos afirmar que a posição dos agentes de socialização investigados é preocupante, uma vez que 51,1% (Tabela 1) deles declararam possuir pouco interesse pelos assuntos relacionados à política.

Tabela 1. Interesse político (a).

Nível de interesse	%
Se interessa muito	13,8
Se interessa	29,8
Se interessa pouco	51,1
Não se interessa	5,3

Fonte: Grupo de Pesquisas Cultura Política e Democracia/UEM.

Os entrevistados afirmam que este desinteresse se deve à não correspondência entre o prometido na campanha eleitoral e o realizado no decorrer do mandato. Na fala de alguns informantes, quando o indivíduo adentra para 'a política' acaba se afastando da sua base. Outro fator de descontentamento apontado é a corrupção e o sentimento de que os políticos não trabalham em prol da causa pública, mas, apenas, para os seus interesses particulares, como fica claro no trecho transcrito abaixo:

"Eu acredito que sejam os resultados, é sempre o mesmo resultado, você luta por aquela mudança, por aquele determinado candidato, aquele determinado político. Depois você vê que tudo se torna a mesma coisa, as pessoas vão se desanimando e achando que já não faz parte da sua vida... ah isso aí não tem como resolver, vai ser sempre do mesmo jeito. Depois que entrou é tudo do mesmo jeito. Na minha opinião não vai ser... não vai realmente mudar em nada(...)" (Maria).⁴

Entretanto, se comparado com dados nacionais encontrados por Moisés (1995), em pesquisa realizada em 1993, quando 30% da população afirmou não ter nenhum interesse, o grupo aparece como relativamente interessado, uma vez que apenas 5,3% dos seus membros declararam esta posição de total desinteresse.

Tentando identificar outras dimensões desse interesse, perguntamos aos professores se costumam conversar sobre política com alguns grupos de pessoas, como alunos e amigos. As respostas nos apontam que a política, de uma maneira geral, não ocupa o cotidiano dos

² Esse município conta com 29750 habitantes, sendo 24534 residentes da área urbana e sua taxa de alfabetização é de 87,6%.

³ A essa população, composta por 94 (noventa e quatro) professores, foi aplicado um questionário padronizado contendo trinta e nove questões fechadas. Os dados coletados foram processados através do programa SPSS for Windows, versão 11.0. Após essa etapa quantitativa foram selecionados aleatoriamente 10 (dez) professores para a realização de uma entrevista semi-estruturada.

⁴ Todos os nomes que aparecem no decorrer das transcrições das entrevistas são fictícios, afim de preservar os entrevistados.

mesmos, pois apenas 21,3% afirmaram conversar frequentemente sobre tais assuntos com seus alunos e 25,5% com seus amigos.

Uma outra variável importante, quando tratamos da avaliação deste item, é o grau de informação buscada pelos indivíduos sobre os assuntos pertinentes à política. Também nesta questão, os entrevistados se colocam em um ponto negativo, pois 47,9% disseram ler 'só de vez em quando' sobre política nos jornais ou revistas. Quando a fonte de informação é o rádio a situação ainda é mais grave, pois 58,5% escolheram essa opção. A única exceção diz respeito à televisão, pois 64,9% a apontaram como fonte diária de informação política.

Esta posição, porém, parece ser minimizada quando passamos a avaliar o posicionamento dos pesquisados em relação ao voto. Como os números abaixo demonstram (Tabela 2), um percentual significativo atribuiu 'muita importância' ou 'importância' a esta instituição representativa. Reforçando essa valorização, verificamos que a maioria (76,6%) dos pesquisados afirmou que continuaria a votar caso essa prática deixasse de ser obrigatória, entendendo o voto como um mecanismo de mudança na vida dos cidadãos, como destaca um dos professores: "Eu votaria se não fosse obrigatório, porque é algo que vai interferir na minha vida e eu gostaria de participar do processo de escolha" (Ademir).

Tabela 2. Importância atribuída ao voto.

Grau de importância	%
Muito importante	57,4
Importante	30,9
Pouco importante	9,6
Não é importante	2,1

Fonte: Grupo de Pesquisas Cultura Política e Democracia/UEM.

Essa posição 'comprometida' continua a ser manifesta quando formulamos questões referentes ao apoio à democracia. Salvo algumas raras exceções, o apoio ao sistema democrático na América Latina é minoritário, sendo que o Brasil ocupa uma das posições mais críticas nesse panorama, como demonstram os dados coletados pelo Instituto Latinobarómetro (Tabela 3). Afastando-se de maneira acentuada desta posição, 85,1% dos agentes de socialização entrevistados em nossa pesquisa afirmaram que a democracia é sempre a melhor forma de governo.

Corroborando esse quadro, solicitamos aos professores que informassem o seu grau de concordância com a afirmação, 'A democracia pode ter seus problemas, mas ainda é a melhor forma de

governo para o Brasil'. O percentual acumulado entre as opções 'concordo muito' e 'concordo' ultrapassou a marca de 90% do total.

Tabela 3. Apoio à democracia na América Latina.

País	2000	2001	2002	2003	2004
Nicarágua	64	43	63	51	39
Paraguai	48	35	45	40	39
Bolívia	62	54	56	50	45
Perú	64	62	57	52	45
Guatemala	45	33	45	33	35
Colômbia	50	36	39	46	46
Costa Rica	83	71	77	77	67
Panamá	62	34	55	51	64
Brasil	39	30	37	35	41
Argentina	71	58	65	68	64
Equador	54	40	49	46	46
El Salvador	63	25	40	45	50
Uruguai	84	79	78	78	78
México	45	46	63	53	53
Chile	57	45	50	51	57
Honduras	64	57	57	55	46
Venezuela	61	57	75	67	74
R. Dominicana	-	-	75	-	65

Fonte: Latinobarómetro/2004. Nota: a pergunta para a coleta dos dados foi 'Com qual das seguintes frases o Sr.(a) está mais de acordo? 1) A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. 2) Em algumas circunstâncias um governo autoritário é preferível a uma democracia. 3) Não faz diferença se um governo é democrático ou não democrático. Os percentuais se referem a primeira opção apenas.

O tema da chamada 'nostalgia do regime militar' também é bastante útil para mensurarmos essa postura democrática manifesta até o momento. Em pesquisas realizadas na década de 1990, Moisés (1995) aponta uma mudança da atitude dos brasileiros em relação à legitimidade da intervenção militar no plano político, o que se confirma nos dados por nós encontrados. Quando solicitamos que os professores expressassem o seu grau de concordância com a frase, 'Na época em que os militares estavam no poder as coisas eram melhores', encontramos um percentual acumulado de 73,4 pontos entre as opções 'discorda' e 'discorda muito'.

Entre os professores, vários manifestaram encarar como positivo o restabelecimento da democracia, como segue:

"Eu acho que no período da ditadura o chamado 'Milagre Econômico' trouxe um período economicamente bom, mas foi como que uma fachada que mais tarde veio desmoronar. Enfim contribuiu para crescer essa dívida externa do país e tudo mais. Então eu vejo que o que tem melhorado é essa democracia, que agora ta caminhando. Se não está tão bom pelo menos é uma realidade que a gente sabe e não uma fachada. E a questão da liberdade hoje eu acho que é bem maior claro, tem direito de ir à imprensa, tem direito de se expressar, criticar né. Naquela época quanta coisa era feito, ia preso, ia para os porões, ia ser torturado [...]" (Isabel).

Quanto ao pluralismo partidário constatamos que a posição do grupo é igualmente positiva, pois, 68,1% dos professores afirmaram discordar da frase

‘O país seria melhor com um só partido político’.

Outro tema interessante acerca da adesão diz respeito a práticas personalistas e até mesmo messiânicas, marcadamente incongruentes com a consolidação democrática, porém, extremamente recorrentes na nossa história política. Os pesquisados também se colocaram contra tais posições, pois, quando solicitados a manifestarem o seu grau de concordância em relação à afirmação ‘Daria um cheque em branco para um salvador que resolvesse nossos problemas’, os mesmos majoritariamente discordaram (76,6%).

Uma vez que a perspectiva teórica que nos orienta propõe avançarmos sobre os limites da institucionalização da democracia representativa, nos possibilitando, portanto, pensar o aprofundamento desta forma de governo nas suas dimensões sociais e econômicas, nos parece relevante também identificar a postura dos entrevistados diante de uma questão básica para a discussão acerca do estabelecimento de relações sociais pautadas pela horizontalidade na realidade brasileira: o elitismo.

Em um estudo sobre os valores democráticos da elite brasileira, Lima e Cheibub (1996) constataram uma certa concordância acerca da confiança e legitimidade das instituições democráticas, porém, quando os pesquisadores consideraram os valores igualitários concernentes à esfera social, verificaram que apesar de serem portadores de uma cultura política democrática referente às instituições, as elites “[...] não partilham necessariamente de uma visão mais democrática das relações sociais” (p. 101). A constatação a que chegaram os estudiosos é de que o elitismo e a hierarquia social são valores muito disseminados entre tais grupos.

Para avaliar em que medida o elitismo é um valor presente no grupo de professores pesquisados, formulamos uma questão que procurou relacionar escolarização com direitos políticos. Perguntamos se apenas as pessoas dotadas de escolaridade média deveriam poder votar e obtivemos mais de 80% de respostas negativas, o que pode conduzir à conclusão de que o elitismo não é um valor marcante no grupo.

Resta, entretanto, verificar em que medida essa adesão aos princípios democráticos se converte em um efetivo engajamento cívico, através de variáveis como filiação partidária e ativismo eleitoral.

No que tange à primeira, vale destacar um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em cinco capitais brasileiras encontrou um percentual de filiação de apenas 3% (Santos Jr., 2001, p. 149). No grupo aqui analisado, esse número aumenta para 7,4%, o que,

comparativamente, aparece como indicativo de engajamento. Além da filiação partidária, destacamos que 12,8% dos entrevistados são filiados a sindicatos, 3,2% a movimentos religiosos e 2,2% à outras associações.

Em relação ao ativismo eleitoral, verificamos também que os professores demonstram engajamento, ainda que em alguns pontos não muito acentuado. Do total, 70,2% declarou ter comparecido a comícios nas últimas eleições, 45% informou ter comparecido a reuniões com candidatos e 90,4% disse ter assistido ao horário eleitoral gratuito no rádio e na TV.

Em concordância com a adesão aos valores e também ao engajamento cívico, a competência política subjetiva⁵ dos agentes de socialização também é favorável. O pressuposto que orienta a análise desse tema é de que cidadãos com altos índices de competência política são matéria-prima fundamental para um projeto de consolidação e aprofundamento da democracia, pois tendem a se envolver efetivamente nos processos de tomadas de decisões.

Como é possível verificar abaixo (Tabela 4), apenas uma minoria (19,1%) dos entrevistados acredita que não influencia a política, o que demonstra uma autoconfiança significativa, explicada em parte pela consciência manifestada pelos mesmos acerca do papel socializador da função que ocupam na escola, como aparece abaixo:

" [...] querendo ou não nós somos professores, nós somos educadores, e a gente convive com muitas pessoas, a gente trabalha com os alunos, com os pais dos alunos. [...] A gente querendo tem, nós temos uma grande capacidade de influenciar. Porque a gente como professor tem credibilidade. [...] nós somos geradores de opiniões, nós temos que trabalhar de uma forma correta, ser honestos, verdadeiros. Então a gente tem condição se quiser” (Olga).

Confirmando essa avaliação, diante da afirmação ‘A grande maioria da população não tem como influenciar a política. Isto é coisa para os entendidos e os políticos’, encontramos um percentual acumulado de 64,3% entre as opções ‘discorda’ e ‘discorda muito’. Mesmo o conhecimento técnico não é visto pelos entrevistados como uma barreira para a participação, o que verificamos quando pedimos para que manifestassem seu grau de concordância em relação à frase ‘Ao tomar uma decisão o Governo deve ouvir apenas a opinião das

⁵ O termo designa a auto-avaliação dos indivíduos em relação ao seu papel como ator relevante no sistema político, em especial sobre sua capacidade de influenciar decisões públicas.

peças que tem conhecimento sobre o assunto', pois 75,6% 'discordaram' ou discordaram muito'.

A mesma auto-avaliação positiva se repete quando tratamos especificamente das decisões coletivas tomadas no interior da escola onde os referidos professores atuam, como mostram os dados abaixo (Tabela 5).

Tabela 4. Competência política (a). 'Como um (a) cidadão (ã) comum você acredita que influencia a política?'

Opção	%
Sim	62,8
Em parte	16,0
Não	19,1

Fonte: Grupo de Pesquisas Cultura Política e Democracia/UEM. Nota: 2 entrevistados não responderam.

Tabela 5. Competência política na escola. 'A (O) Sra. (o) acredita que influencia as decisões tomadas no interior da escola?'

Grau de influência	%
Influencia muito	22,3
Influencia	50,0
Influencia pouco	24,5
Não influencia	2,1

Fonte: Grupo de Pesquisas Cultura Política e Democracia/UEM. Nota: 1 entrevistado não respondeu.

O conjunto das informações até agora apresentadas contribui para a definição dos valores e crenças políticas do grupo como relativamente democráticas. Apesar da manifestação de pouco interesse por política e da busca por informação não ser uma prática diária, a comparação com a população nacional coloca tais agentes de socialização em uma posição relativamente positiva, em especial quando se trata do apoio à forma democrática de governo. Na próxima seção, entretanto, apresentamos um conjunto de dados que colocam em questão esse posicionamento.

Avaliação e Confiança

O conjunto das questões abordadas na seção anterior se situa no que podemos chamar de nível abstrato da cultura política dos agentes de socialização, pois se referem a valores e temas gerais sobre a democracia e seus princípios. Não se relacionam diretamente, portanto, a elementos conjunturais e concretos, ou seja, ao funcionamento real e cotidiano desta forma de governo. Neste sentido, precisamos verificar em que medida esses valores, que demonstram relativa adesão, se sustentam quando se trata de avaliar dimensões concretas da forma democrática. Necessário se faz, portanto, verificar como os entrevistados têm percebido a implantação concreta da democracia, seus efeitos, resultados, potencialidades e limitações.

Inicialmente, tratamos de identificar em que medida o grupo tem associado a democracia com

bom desempenho econômico, uma vez que vasta literatura tem destacado a relação íntima entre fatores econômicos e a possibilidade de consolidação de sistemas poliárquicos (Lipset, 1994). O pressuposto fundamental desta discussão é a hipótese de que quanto mais um sistema é competente para garantir bens materiais aos seus cidadãos, maior será a possibilidade dos cidadãos desenvolverem uma cultura cívica de apoio (Baquero, 2002).

Assim, solicitamos aos entrevistados que manifestassem o seu grau de concordância em relação à afirmação 'em uma democracia em geral a economia funciona bem', encontrando a maioria (61,7%) das respostas entre as opções 'concordo' e 'concordo muito'. Esses dados podem nos sugerir que o grupo tem avaliado que a democracia brasileira tem produzido bem estar econômico, entretanto, acreditamos que tal interpretação seja apressada, pois quando perguntamos sobre o seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil encontramos um quadro bastante distinto (Tabela 6), com a maioria manifestando insatisfação. Nas entrevistas qualitativas, os motivos apontados para esta posição são a corrupção, a centralização do poder político, a falta de empenho por parte dos políticos quando o assunto é de interesse da população, a defesa de interesses particulares dos eleitos, entre outros.

Tabela 6. Satisfação com o funcionamento da democracia.

Grau de satisfação	%
Satisfeito	17,0
Pouco satisfeito	71,3
Nada satisfeito	11,7

Fonte: Grupo de Pesquisas Cultura Política e Democracia/UEM.

Essa tendência negativa parece ser a mais forte, sobretudo quando verificamos o grau de concordância dos professores diante da afirmação 'Não me importaria se um governo não democrático chegasse ao poder desde de que resolvesse os problemas econômicos', pois 63,8% disseram concordar e 3,2%, concordar muito. Esse número é maior do que os encontrados pela pesquisa realizada pelo Latinobarômetro no Brasil, na qual 54% concordaram. Ou seja, além de insatisfeitos de uma maneira geral, os entrevistados diante das opções 'democracia' ou 'desempenho econômico', escolhem a segunda, ainda que isso envolva o estabelecimento de um regime autoritário.

Tal situação nos parece o resultado de uma avaliação bastante negativa sobre a (in)capacidade demonstrada por sucessivos governos democráticos de darem respostas aos graves problemas estruturais que assolam a nação. Como atesta a Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que, em 1998, apontou que 33% dos brasileiros possuem uma renda que os coloca abaixo da linha de pobreza, o Brasil é um país em que a desigualdade social, a pobreza e a miséria são endêmicas. Essa postura está bem expressa na transcrição abaixo:

"[...] a grande maioria está decepcionada porque apostou num presidente que todos acreditavam que fosse mudar, fosse acontecer uma grande virada. Na realidade a gente sabe que não é assim tão rápido, assim tão fácil, mas a maioria dos brasileiros está decepcionado [...]" (Bernardo).

A opção pelo bem estar econômico e social, mesmo que isso implique na implantação de um regime de exceção aparece como justificável na fala dos professores:

"Eu acho que se resolvesse o problema eu aceitaria, porque ficamos nervosos ao ver pessoas aí que não tem as mínimas condições, que não tem comida em casa, que não tem um trabalho. O povo quer trabalho e não tem. Então se um governo autoritário chega e diz que vai dar trabalho pra todo mundo eu acho que eu aceitaria também" (Leda).

Esse quadro se confirma quando tratamos de identificar a satisfação dos mesmos em relação às principais políticas públicas. Quanto à saúde pública, 53,2% declarou estar 'nada satisfeito' e 40%, 'pouco satisfeito'. Na educação a avaliação é um pouco melhor, mas ainda assim negativa, pois 58,5% dos agentes optaram pelo 'pouco satisfeito' e 13,8% pelo 'nada satisfeito'. No que se refere à segurança pública um percentual acumulado de 95,8% dos pesquisados afirmou se sentir pouco ou nada seguro.

O resultado destas várias insatisfações só poderia ser desastroso para a construção de valores e atitudes em relação às instituições fundamentais da forma de governo recentemente inaugurada no país. É improvável que pessoas excluídas ou mal atendidas em áreas fundamentais para uma vida com um mínimo de dignidade venham a desenvolver uma cultura política favorável às estruturas institucionais que manifestam cotidianamente a sua ineficiência. Isso nos leva necessariamente a destacar que a discussão sobre a consolidação da nossa democracia não passa apenas pela engenharia institucional, mas também pelo tema da desigualdade e exclusão social que afeta a disposição dos cidadãos em relação a estas estruturas.

A desconfiança em relação às instituições democráticas é um dos principais efeitos da persistência do subdesenvolvimento econômico e do déficit social nos países da América Latina e, particularmente, no Brasil. Como os dados abaixo demonstram as principais instituições típicas da

democracia não tem atraído a confiança dos latino-americanos (Tabela 7).

Tabela 7. Confiança nas instituições na América (% confia pouco ou não confia).

	Tribunais	Congresso	Partidos
Argentina	81	81,5	89,8
Bolívia	78	72,9	88,0
Brasil	65,1	87,4	88,3
Chile	70,4	67,7	78,6
Colômbia	62,8	67,8	84,0
Costa Rica	43,9	60,9	76,3
República Dominicana	67,0	72,9	84,5
Equador	88,0	91,0	92,8
Estados Unidos	40,4	42,6	60,8
Guatemala	80,6	78,1	84,2
México	71,1	68,0	77,7
Panamá	70,1	80,1	84,5
Paraguai	77,0	76,8	87,9
Peru	74,6	77,2	77,9
Venezuela	73,6	82,7	91,2
Média	72,0	76,0	85,0

Fonte: Encuesta Panamericana/1998.

Os números encontrados no grupo de professores pesquisados por nós corroboram esses dados gerais, em alguns momentos acentuando ainda mais o quadro negativo, como no caso dos partidos políticos. Essa instituição fundamental para qualquer formação democrática, conforme consta abaixo (Tabela 8), desperta pouca ou nenhuma confiança de 94,7% dos entrevistados, o que supera a avaliação negativa encontrada no Brasil em 1998. Tornando essa avaliação ainda mais negativa, encontramos 91,5% dos mesmos respondendo que os partidos representam os interesses dos próprios políticos.

Tabela 8. Confiança nas instituições.

Grupo/Instituição	Grau de confiança (%)			
	confia muito	confia	confia pouco	não confia
Polícia	0,0	10,6	52,1	37,2
Câmara e Senado	0,0	2,1	53,2	44,7
Judiciário	0,0	13,8	64,9	21,3
Militares	0,0	14,9	55,3	29,8
Ministério Público	0,0	20,2	58,5	21,3
Governantes	0,0	13,8	59,6	26,6
Igreja	36,4	40,4	22,3	1,1
Partidos Políticos	0,0	5,3	46,8	47,9

Fonte: Grupo de Pesquisas Cultura Política e Democracia/UEM

Merece destaque também pela sua expressividade a desconfiança em relação à Câmara e ao Senado, uma vez que a quase totalidade (97,9%) dos agentes de socialização interrogados manifestou pouca ou nenhuma confiança.

Em algumas falas os entrevistados apontaram os principais motivos que os levam a esta posição diante das instituições mencionadas na tabela anterior:

"Primeiro acho que pelo fato deles nunca cumprirem com o que falam. Na época de política é tanta promessa e ninguém cumpre. Então você já passa a não confiar no partido ou no político em si"

(Marta).

“Um pouco pela corrupção. A gente sabe quanto juiz corrupto que tem. Quando eles são comprados como que a gente vai confiar na justiça? Se eles mesmos se vêem tão corruptos. Não podemos generalizar, mas a gente conhece casos de juízes que se venderam, que foi corrupto” (Sandra).

Acerca do item ‘governantes’ formulamos também a seguinte pergunta, ‘o Brasil é governado em benefício de quem?’, para a qual obtivemos apenas 4,3% de respostas na opção ‘toda a população’. A desconfiança está associada, portanto, a uma percepção de que os responsáveis pelos diferentes níveis governamentais não têm representado os interesses da maioria dos cidadãos, constantemente excluídos econômica e socialmente, o que pode ser confirmado pela fala do professor Bernardo:

“Os grandes empresários se organizam dentro da política, se elegem, depois trabalham em seu benefício, aprovam leis que vão beneficiá-los[...]. Empresários, fazendeiros, na verdade aquelas pessoas que tem oportunidade de participar do processo, se elegem e a gente sabe que muitas pessoas só trabalham em benefício delas mesmo.”

Na realidade a classe política como um todo não goza de boa reputação diante do grupo pesquisado, uma vez que, quando formulamos a pergunta ‘os políticos cuidam primeiramente dos interesses de quem?’, 95,7% dos seus membros optaram pela resposta ‘seus próprios interesses’.

Sobre o judiciário os dados acima (Tabela 8) são corroborados com o grau de concordância obtido quando sugerimos a afirmação de que ‘no Brasil só pobres e negros vão para a cadeia’, pois obtivemos um percentual acumulado de 77,6 entre as opções ‘concordo’ e ‘concordo muito’.

Nas entrevistas a questão do acesso à justiça aparece intimamente associada à posse de capital econômico, pois, na visão dos entrevistados, pobres e negros vão para a cadeia por estarem aliados do próprio desenvolvimento econômico do país, não tendo recursos para contratar um advogado, ou pagar fiança para livrarem-se da prisão.

"A gente vê aí que o rico comete crime bem maior e tem proteção. O pobre por coisa bem menor é caçado e até perde a vida, acaba perdendo tudo o que tem. Então eu concordo que existe um tratamento de desigualdade. Eu já passei por isso eu já tive os dois lados bem dizer, questões assim de morte na família mesmo. O maior sempre leva vantagem por ter mais dinheiro e por coisas bem menores as pessoas às vezes acabam pagando [...] (Ivana).

Além da desconfiança sobre a imparcialidade da

justiça, registra-se também uma posição cínica dos entrevistados em relação ao ordenamento jurídico como um todo, pois 65,9% dos professores manifestaram concordância com a afirmação de que ‘no Brasil não adianta mudar as leis, pois elas não são obedecidas’.

É claro que esta explícita desconfiança não pode ser tomada imediatamente como um sinal de que a democracia passa por uma crise, pois como Norris (1999) aponta, essa avaliação negativa pode ser o resultado de uma sofisticação dos cidadãos que passam a assumir uma posição mais crítica diante da atuação das instituições e governos. Também em Ribeiro (2002) encontramos uma interpretação de dados negativos em relação à confiança institucional como manifestação de uma postura crítica e participacionista de um grupo de ativistas políticos.

No caso ora em questão cremos que as duas explicações sejam potencialmente corretas, entretanto, somos levados a acreditar que a primeira, que aponta uma possível crise, seja predominante em virtude de um desempenho por parte das instituições muito aquém do desejado pela população. De fato, a não resolução de problemas sociais e econômicos tem conduzido ao desenvolvimento de um ceticismo explícito (Baquero, 2002).

Adesão e a desilusão entre os agentes

A partir do que foi apresentado, podemos identificar a existência de uma possível contradição entre os dois grupos de dados apresentados. Por um lado, verifica-se uma adesão normativa dos professores em relação a valores potencialmente democráticos, além de possuírem uma competência política subjetiva relativamente alta. Por outro lado, identificamos índices de desconfiança e avaliação bastante negativos, o que demonstra ceticismo em relação ao funcionamento concreto do sistema político como um todo e de suas instituições em particular.

Pretendemos argumentar aqui que esta contradição é apenas aparente e, na verdade, é resultado da permanência de problemas estruturais da sociedade brasileira. Para tanto precisamos recorrer à terminologia desenvolvida por Easton (1968), que identifica a existência de dois tipos de apoios ao regime político, um difuso e outro específico.

Aquelas percepções que dizem respeito ao sistema de maneira genérica, ou seja, no nível dos valores mais gerais que o sustentam, compõe o primeiro grupo de apoio. No grupo de professores aqui estudado encontramos um apoio difuso

relativamente positivo e favorável ao desenvolvimento democrático.

As percepções que envolvem avaliações e adesão às instituições no seu funcionamento concreto, por sua vez, formam a segunda modalidade de apoio, o específico. Os dados apresentados na seção anterior apontam uma situação nada positiva quanto a este aspecto.

Tal distinção explica o problema da coexistência entre uma adesão a valores democráticos e a desconfiança para com as suas instituições concretas, pois o fato de os indivíduos compartilharem de um conjunto determinado de valores não os obriga a avaliar positivamente situações conjunturais. Assim, um baixo apoio específico pode conviver com um apoio difuso elevado sem que o regime democrático seja imediatamente abalado.

Isto se justifica pelo fato de que a adesão difusa é construída através de um processo de socialização mais prolongado, com raízes profundas que não são imediatamente abaladas por avaliações negativas de desempenho administrativo de um governo ou de outro.

Entretanto, é preciso destacar o perigo que a permanência desta oposição entre os dois tipos de apoio pode acarretar para a manutenção do regime político, pois sucessivas avaliações negativas das instituições podem, no longo prazo, minar também a crença nos valores gerais que o sustentam.

Apesar da coexistência entre estes dois posicionamentos (de adesão e de desilusão/crítica) o baixo apoio específico deve ser visto como um problema que pode vir a minar as bases da democracia e que pode ser contornado por ações eficazes dos governos que possam colaborar para a compatibilização entre a adesão abstrata e concreta ao sistema.

Desenvolvendo um argumento semelhante ao de Easton, temos uma segunda explicação desenvolvida por R. Dahl (1997) que, trabalhando com o conceito de eficácia, identifica que um dos traços fundamentais da crença dos ativistas políticos é a expectativa, positiva ou não, de que determinado regime irá solucionar problemas críticos.

Para esse cientista político norte-americano, avaliações positivas acerca do desempenho de governos seriam herdadas pelas novas gerações através de um processo de socialização. Para comprovar tal afirmação apresenta dados sobre o nível de expectativa quanto ao desempenho governamental de jovens norte-americanos que avaliam positivamente a capacidade de seus governantes para solucionarem crises.

Esta avaliação, entretanto, pode ser alterada

(assim como todos os demais elementos que compõem a cultura política) por contatos diretos com o sistema político, neste caso experiências positivas ou negativas quanto à performance governamental.

Portanto, mesmo socializados na crença de que o governo é eficaz, indivíduos que sucessivamente sofrem por ingerências de seus representantes, possivelmente deixam de confiar na ação governamental.

Como esperamos ter deixado claro, é extremamente negativa para a estabilidade de um sistema político a existência de avaliações negativas, mesmo que se refiram à dimensão objetiva da eficácia governamental, porquanto, sucessivas avaliações desfavoráveis neste quesito podem, gradualmente, minar a adesão dos indivíduos às demais crenças que compõem a totalidade de suas orientações políticas subjetivas.

Como escreve Dahl, a socialização constrói sempre uma reserva de expectativa positiva para os momentos de crise do sistema, uma vez que todos os governos, vez ou outra, falham. Estas reservas, porém, como o próprio termo revela, são finitas, o que é ainda mais verdade quando se trata de regimes novos (Dahl, 1997, p. 146).

Transpondo este raciocínio para a análise da situação brasileira, Moisés (1995) verifica que a legitimidade da democracia em sua dimensão geral está relativamente sedimentada no cenário nacional, o que não impede a existência de índices alarmantes de desconfiança nas instituições que representam esta forma de governo, graças a performances insuficientes dos ocupantes dos cargos públicos diante dos problemas estruturais por que passamos.

Esta situação, entretanto, no curto prazo, não traria problemas para nossa recente democracia, pois o autor identifica a existência de uma *reserva preliminar de legitimidade*. Esta reserva seria a responsável por afastar a avaliação negativa do desempenho de personalidades ou instituições da adesão à democracia enquanto conjunto de valores gerais. O fato é que, pelo caráter finito da reserva, a desconfiança aparece como um obstáculo para a consolidação, ainda que no curto prazo a democracia não esteja em xeque.

Tal problema se torna ainda muito mais preocupante quando é identificado no interior de um grupo social que possui a incumbência, nem sempre consciente, de formar politicamente as novas gerações de cidadãos. Uma vez que identificamos entre nossos entrevistados um baixo apoio específico em relação ao sistema político, somos levados a crer que a sua atuação como agentes de socialização

contribuirá para a continuidade de altos índices de desconfiança entre os atores políticos futuros. Mais grave ainda, na lamentável hipótese da persistência de atuações governamentais ineficazes na redução das desigualdades e problemas sociais, teremos uma nova geração com um reservatório de apoio difuso ainda menor do que dispõe a atual.

O seguinte círculo vicioso se estabelece: 1) governos ineficazes geram indivíduos desencantados com as instituições políticas; 2) o desencanto se converte em comportamento apático e desinteressado em relações às instituições e atividades políticas; 3) esta não participação não favorece a cobrança e a fiscalização sobre os operadores das instituições que compõem o sistema; 4) tais operadores, pela falta de pressão continuam a privilegiar ações em áreas que não interessam diretamente a maioria da população; 5) essa maioria continua tendo suas expectativas não atendidas e o desencanto só aumenta, reduzindo ainda mais o reservatório de apoio difuso.

Em se tratando de agentes de socialização, como o grupo estudado, podemos acrescentar ainda mais um elemento ao círculo, ou seja, o aumento do desencanto leva à transmissão de valores e crenças ainda menos favoráveis àqueles que são submetidos à ação formadora dos professores.

Duas possibilidades de ruptura parecem despontar quando nos debruçamos sobre este dilema. Por um lado, os cidadãos poderiam continuar a difundir e fortalecer os valores democráticos, a despeito de avaliarem negativamente o funcionamento concreto do sistema e de suas instituições. Isso implicaria em uma sofisticação do ator político que assumiria uma posição crítica fundamentada em uma distinção cognitiva entre o sistema político democrático e as suas condições de implementação. Neste caso, a crítica e a desconfiança não se convertem em risco futuro à estabilidade e consolidação democrática, mas sim em motor para o seu aprofundamento.

Não verificamos, entretanto, tal situação ideal no presente momento, pois os sinais de sofisticação do eleitor e cidadão brasileiro ainda são bastante tímidos, prevalecendo a apatia, o cinismo e a desinformação.

Por outro lado, a ruptura poderia ocorrer a partir da reversão do quadro de ineficácia governamental em áreas de interesse da maioria da população que, tendo seus anseios atendidos, tenderia a restabelecer níveis seguros de adesão a valores e crenças congruentes com a democracia. Esta segunda possibilidade também não é vislumbrada no presente momento, quando assistimos a persistência por mais

de uma década de um projeto político-econômico nacional recessivo e negligente nas chamadas áreas sociais.

Considerações finais

Apesar da sua limitação quanto à possibilidade de generalização, os resultados que apresentamos contribuem para apontar que o processo de construção democrática, em curso no país, ainda enfrenta obstáculos importantes, frutos de uma herança negativa legada por um passado autoritário. Somado a isso, nos encontramos em uma situação de crise social e econômica persistente que agrava ainda mais tal transição.

É evidente que o processo de construção de uma democracia fortalecida deve contar com instrumentos de mediação e agregação de valores que se reproduzam entre os indivíduos, vindo a assegurar a legitimidade do regime, o que não significa tão somente a sua aprovação, mas também a sua crítica. Como já argumentamos, a escola aparece como uma das mais importantes instituições a cumprir essa função.

A escola, para desempenhar bem esse papel precisa de operadores que sejam portadores e disseminadores de uma cultura política democrática caracterizada pelo interesse, informação e participação no processo de tomada de decisões públicas. O estudo aqui relatado, entretanto, nos conduz à conclusão de que esta condição fundamental ainda não se apresenta.

Pelo contrário, os dados levantados indicam que os agentes que atuam em um espaço privilegiado para a disseminação de valores como a escola, por demonstrarem ser possuidores de sentimentos e crenças negativos em relação às instituições e à eficácia governamental, podem estar contribuindo para a perpetuação da apatia e desconfiança. Isso não os torna antidemocráticos, pois, como propomos na seção anterior, sua posição desencantada pode ser explicada em grande parte pela ação pouco satisfatória das instituições concretas. Porém, não podemos deixar de apontar que os mesmos são dotados de orientações subjetivas pouco congruentes com uma forma de governo caracterizada pela horizontalidade e participação.

Referências

- ALMOND, G.; POWELL Jr., B. *Uma Teoria da Política Comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Nova York: Sage, 1989.
- ALMOND, G. *The intellectual history of the civic culture*

- concept. In: ALMOND, G.; VERBA, S. (Org.). *The Civic Culture Revisited*. London: Sage, 1989.
- ALVAREZ, S. et al. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- AVRITZER, L. Cultura política, atores sociais e democratização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 28, 1995.
- BAQUERO, M. O Papel dos Adolescentes no Processo de Construção Democrática no Brasil. Um Estudo Preliminar de Socialização Política. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, n. 8, p. 5-43, 1997.
- BAQUERO, M. Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira. In: PERISSINOTTO, R.M.; FUKS, M. (Org.). *Democracia: teoria e prática*. Curitiba: Relume Dumará/Fundação Araucária, 2002.
- BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação da política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 83-108, 2003.
- CARVALHO, J.M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: DULCE C.P. et al. (Org.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DAHL, R. *Polarização*. São Paulo: Edusp, 1997.
- EASTON, D. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1975.
- INGLEHART, R. The renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, Washington, DC, v. 82, n. 4, p. 1203-1229, 1988.
- KUSCHNIR, K.; CARNEIRO, L.P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 227-250, 1999.
- LIMA, M.R.S.; CHEIBUB, Z.B. Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 31, p. 83-110, 1996.
- LIPSET, M.S. The social requisites of democracy revisited. *American Sociological Review*, Washington, DC, v. 59, p. 1-22, 1994.
- MOISÉS, J.A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.
- NORRIS, P. (ed.). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- O'DONNELL, G. Hiatos, continuidades e perspectivas democráticas. In: REIS, F.; O'DONNELL, G. (Org.). *A democracia no Brasil, dilema e perspectiva*. Revista dos Tribunais, São Paulo: Vértice, 1988.
- RENNÓ, L. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-91, 1998.
- RIBEIRO, E. A. Cultura política e teoria da democracia: implicações empíricas de um debate teórico. *Revista Mediações*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 113-140, 2002.
- SANTOS JUNIOR, O.A. *Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- SCHMIDT, J.P. Equilíbrio de baixa intensidade: capital social e socialização política dos jovens brasileiros na virada do século. In: BAQUERO, M. (Org.). *Reinventando a sociedade na América latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: UFRGS/CNDM, 2001.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo, democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

Received on January 13, 2005.

Accepted on June 19, 2005.